

Uma grande COP(A)? A Conferência do Clima da ONU e a defesa dos direitos de povos indígenas

A COP 30, que será realizada em Belém no próximo ano, representa uma oportunidade crucial para colocar a Amazônia no centro das discussões climáticas globais, mas também traz à tona preocupações significativas para os povos indígenas e comunidades tradicionais da região. Além das questões sobre a real inclusão dessas vozes no debate, há os impactos de um evento dessa magnitude para a cidade de Belém, que pode enfrentar desafios em termos de infraestrutura, especulação imobiliária e pressão sobre os recursos locais. Marquinho nos contará sobre como essa conferência pode tanto ser um espaço de diálogo importante quanto representar riscos para a preservação dos direitos dos que vivem e protegem a floresta.

Vinicius Mendes: Marquinho, você poderia começar se apresentando e contando um pouco sobre o seu trabalho?

Marco Antônio Mota: Claro! Meu nome é Marquinho Mota. Sou de Santarém, na região do Pará, às margens do Rio Tapajós. Atualmente, moro em Belém. Desde 2009, trabalho numa organização chamada FAOR, que é o Fórum da Amazônia Oriental. Atuamos nos estados do Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão, uma área que representa 22% do território nacional. Há aproximadamente sete anos, temos um projeto chamado Mãe D'Água, que trabalha com mulheres indígenas no Pará e Maranhão. A ideia é criar oportunidades para que as mulheres possam assumir um papel de protagonistas na defesa do território e na luta pelos direitos socioambientais das populações indígenas, mantendo o modo de vida dessas comunidades. Esse papel foi negado às mulheres por muito tempo em nossa sociedade patriarcal, mas hoje vemos uma mudança e temos conseguido alguns êxitos com o projeto.

Vini: Como você vê os primeiros anos do governo Lula em relação aos povos indígenas, especialmente considerando as questões de violação de direitos humanos e violência? Como as coisas mudaram em relação ao governo Bolsonaro e quais os desafios que ainda permanecem?

Marquinho: Qualquer ação do governo atual, se comparada ao governo passado, foi milhões de vezes melhor para os povos indígenas. A própria criação do Ministério dos Povos Originários foi uma vitória significativa. A nomeação de Sônia Guajajara como ministra foi algo simbólico e histórico, sendo a primeira vez que uma mulher indígena assume um ministério recém-criado no Brasil. No entanto, falta um empenho maior do governo em relação a esse ministério. A primeira ação da bancada ruralista foi tirar o poder de demarcar terras do ministério, e o governo não se empenhou para manter esse poder. A demarcação era a principal reivindicação dos povos indígenas, e sem ela, o ministério ficou enfraquecido.

Outro ponto importante é que Lula demarcou seis terras indígenas durante a o Acampamento Terra Livre em Brasília, mas havia 16 demarcações previstas. Ele deixou 10 pendentes alegando que essas áreas têm grande interesse do agronegócio, hidrelétricas e mineração. Os governadores pediram mais tempo, mas os indígenas já esperam há mais de 500 anos por suas terras, não há mais tempo para esperar. É importante reconhecer que o governo atual fez avanços significativos, mas ainda há críticas a serem feitas, especialmente em relação ao

desenvolvimentismo impulsionado por Lula, que muitas vezes coloca os povos indígenas em uma sinuca de bico, como no caso da exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas e a construção da ferrovia Ferrogrão, que afetará territórios indígenas, vai diminuir o tamanho do território Munduruku no Pará, que vai afetar os Kaiapó no Mato Grosso.

Apesar das conquistas, como a demarcação de terras, que foi 600% maior que no governo Bolsonaro, já que não foi feita nenhuma naquela época, Lula ainda tem uma visão dos povos indígenas que precisa ser criticada: ele os vê muitas vezes como coitadinhos, dignos de pena e que devem ser inseridos na sociedade branca. Além disso, ele é desenvolvimentista e sua proximidade com o agronegócio e a mineração levanta questões sobre seu real comprometimento com as causas indígenas. Agora, por exemplo, acontece um massacre contra os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul e nada está sendo feito, até agora a guarda nacional não foi acionada. Em Roraima, o exército saiu e os garimpeiros voltaram ainda mais fortes, financiados pelo crime organizado, ameaçando o povo Yanomami. É necessário uma base permanente, uma força nacional de proteção dos povos indígenas, envolvendo Ibama, ICM-Bio, Funai, Polícia Federal, Polícia Rodoviária. Uma iniciativa permanente e que vá além de uma atuação apenas da polícia. E sabemos que o governo não faz nada porque esses grupos, com os quais Lula não quer se indispor, têm poder político. O próprio Raoni, após ter a mão apertada por Lula durante sua posse, afirmou que já se sente abandonado pelo governo enquanto representante indígena.

Vini: Pois é, compromisso de fato ele só tem com o agronegócio e com a mineração. Com todo esse cenário em mente, o que você acha da decisão de realizar a COP em Belém? Como você enxerga essas conferências internacionais?

Marquinho: A COP, para mim, é como a Copa do Mundo no Brasil. Prometem um legado, mas o que fica, na verdade, são arenas de futebol sem uso, enquanto o dinheiro público desaparece. A COP é financiada por grandes petroleiras, mineradoras e pelo agronegócio. A sociedade civil terá pouco ou nenhum poder de intervenção. Se olharmos para trás, qual foi o legado das COPs anteriores? Elas serviram para legitimar a poluição, monetarizar a natureza. Daí as discussões sobre crédito de carbono, por exemplo. Sinceramente, não vejo impacto positivo para quem vive na floresta ou para as populações indígenas.

A sociedade civil está se organizando para tentar fazer intervenções, mas não acredito que tenhamos poder de decisão. Até porque sabemos quem tem poder de decisão e que uma proposta dos povos indígenas de fato nunca foi acatada. A COP será uma grande festa ambiental, um verniz verde para legitimar interesses das grandes corporações, e as necessidades reais das populações tradicionais não serão atendidas.

Vini: E quanto à cúpula dos povos? A sociedade civil está planejando um evento paralelo à COP?

Marquinho: Sim, eu acho que é isso, teremos dois eventos. A cúpula dos povos é extremamente importante, mas precisamos nos questionar: qual será o impacto real dessa iniciativa nas decisões governamentais? Esses eventos paralelos são essenciais para mobilizar a sociedade, mas precisamos pensar em como utilizar esses resultados no dia a dia das pessoas. Algumas organizações estão falando em vender produtos da floresta para as corporações, mas isso é um

equivoco. As corporações não estão interessadas na floresta, e não é hora de pensar em feirinhas de artesanato. Precisamos focar em ações que realmente incidam nas políticas públicas.

Vini: Entendo seu pessimismo em relação às institucionalidades. E falando um pouco sobre Belém, como você descreveria a cidade para quem não conhece?

Marquinho: Belém é quase uma ilha, cercada por água, com uma população de cerca de 2 milhões de habitantes na região metropolitana. É uma cidade grande, densa, no meio da floresta amazônica, que olhando de cima é uma espécie de clareira no meio da selva. A cidade é um importante centro de comércio da região amazônica e tem uma população muito diversa, com muita população negra, mestiços e indígenas, além de uma população branca que, em sua maioria, é rica e faz parte da elite.

Na minha opinião, infelizmente, Belém também enfrenta problemas graves, como a falta de saneamento básico e a atuação do crime organizado como PCC e Comando Vermelho nas periferias. Nossa impressão é que o governo está tentando maquiagem a cidade para a COP, mas não vai resolver problemas de 300 anos em um. No entanto, Belém tem um povo muito receptivo, com uma das melhores culinárias do planeta, e um movimento social organizado e forte. O movimento negro é forte, estruturado, o movimento de mulheres também é bem organizado. E essa galera estará presente na conferência, disputando esse espaço de poder.

Vini: Pensando em tudo isso, quais serão os impactos de uma conferência desse porte em Belém?

Marquinho: A decisão de realizar a COP em Belém foi um belo golpe de mídia, mas para a cidade será um desastre. Colocar 70 mil pessoas em Belém por 10 dias, com uma rede hoteleira que tem apenas 12 mil leitos, vai causar uma pressão imensa. A cidade não tem uma frota de ônibus decente, e a infraestrutura vai ser severamente testada. Além disso, o plano de colocar navios de cruzeiro na baía do Guajará para resolver o problema dos leitos é absurdo. A quantidade de lixo que será produzida e descartada nos rios será imensa. Vai circular muito dinheiro e gerar empregos temporários, mas o impacto negativo será maior. ■